CARTA MANIFESTO DA REDE INTEGRADA DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE PORTO ALEGRE

A Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente vem, através da presente Carta Manifesto, visibilizar à sociedade porto-alegrense o cenário frágil que nos encontramos para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em nosso município, considerando os dados coletados no cotidiano de trabalho dos serviços intersetoriais da região Sul – Centro Sul. Resta evidente, após este longo período de enfrentamento à COVID-19, a falta de um Plano de Contingência por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a sua inabilidade para constituí-lo no decorrer do estado de calamidade pública. Assim, a rede de trabalhadores da região Sul - Centro Sul vem sinalizar suas dificuldades diante desta falta de organização política e da urgente necessidade de uma ação integrada para diminuir os riscos de exposição dos trabalhadores e suas famílias, garantir o atendimento à população que mais necessita e o acesso seguro a todos usuários e trabalhadores.

Observa-se um aumento exponencial de situações de vulnerabilidade e risco social, tanto pelo contexto de fechamento de postos de trabalho quanto pela baixa cobertura dos serviços públicos que não estavam preparados (capacitados e com recursos necessários) para a execução de políticas em outras modalidades de atendimento. O agravamento das expressões da questão social é latente, deflagrando um cenário de maior desigualdade social. Alguns dados podem ser levantados empiricamente neste processo e se manifestam na cidade como um todo. A população em situação de rua vem aumentando drasticamente, assim como a situação de trabalho infantil. Além disso, acentuam-se o desemprego e a perda de renda, as fragilidades ligadas à habitação (levando, inclusive, à perda de moradia), a violência doméstica (contra mulheres, crianças e idosos), o aumento dos conflitos intrafamiliares, mendicância, insegurança alimentar, sofrimento psíquico, situações de isolamento e abandono de idosos, violência e abuso sexual e, também, recrutamento de crianças e adolescentes para o tráfico de drogas.

Neste contexto, além do acesso às políticas públicas, as famílias contam com sua rede de apoio própria, constituída pelos vínculos familiares e comunitários, os quais também se encontram fragilizados no atual contexto. Percebe-se que as famílias também têm experienciado diferentes formas de luto pela perda de seus entes queridos, pelo distanciamento da sua rede de apoio e suporte (familiares, amigos e demais vínculos significativos) e pela mudança de território, que leva à perda dos vínculos comunitários existentes. Todos esses são fatores geradores de insegurança, de sentimento de desproteção e abandono.

A resposta estatal se deu precariamente no enfrentamento da insegurança alimentar, com falta de planejamento e organização para a concessão de benefícios, impossibilitando o atendimento das necessidades da população nesse grave momento. As entregas de alimentos nas escolas, por parte da Prefeitura, aconteceram somente durante o mês de agosto, e com sérios problemas na comunicação por parte da Smed (Secretaria Municipal de Educação) com as escolas, o que levou algumas escolas a entenderem que receberam cestas por aluno e outras, por família, o que se reforça, talvez, pelo fato de que algumas escolas tenham recebido um número de cestas muito abaixo do solicitado. Além disso, a forma como tem sido tratada a questão da alimentação pela Prefeitura, sem o Plano de Contingência intersecretarias organizado e adequado às demandas socioeconômicas que se apresentam, atrapalha o trabalho desenvolvido pela FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), que visa à emancipação dos sujeitos, e não uma prática assistencialista de fomento e dependência dos usuários com este tipo de política.

O distanciamento social impôs o uso de tecnologias para a comunicação com os usuários e entre os trabalhadores. Mas esses recursos não são de fácil acesso à maioria, nem foram ofertados de imediato, impedindo a garantia de acesso a diversas políticas públicas, principalmente na educação. Somente em setembro passou a existir alguma gratuidade de acesso à Internet para os alunos. Assim, o uso de dados gratuitos levou 5 meses para, de fato, acontecer, sendo que muitos estudantes não dispõem de aparelhos eletrônicos adequados para acessar as atividades remotas. Dessa forma, crianças e adolescentes foram prejudicados no seu processo de aprendizagem.

Sobre as demandas em saúde mental para crianças e adolescentes, a nossa região, com a diminuição de espaços de proteção e diante das questões psicossociais emergentes, teve um grande aumento de casos que aguardam atendimento, pois conta apenas com uma equipe mínima de profissionais, sem infraestrutura suficiente para o trabalho. Em todas as micro-redes de atendimento à população, o que se tem de oferta de serviço é muito aquém do que se tem de demanda. A região Sul - Centro Sul ainda não dispõe do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), já conquistado para o território e não efetivado pelo poder público. E ainda existe a necessidade de ampliação do serviço especializado em saúde mental na área da infância e juventude. As situações agravadas são encaminhadas a serviços fora do território, disputando vagas com outras regiões referenciadas. Um exemplo é o CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial à Infância), que não existe no território, e os que existem em outras regiões, como o CAPSi Harmonia, acabam atendendo várias regiões. Esta situação já vem sendo apontada em Diagnósticos e Conferências Municipais, ficando mais agravada durante a pandemia da COVID-19. Recentemente, foi feita licitação para criar mais CAPSis, mas nenhuma instituição se candidatou.

Após meses de isolamento social, as situações relacionadas à falta de renda dos trabalhadores da nossa cidade também só aumentaram. Ao mesmo tempo (e novamente), a falta de um Plano de Contingência, com reorganização de verbas e aumento de recursos humanos nos serviços, dificulta que estes disponham de meios eficazes para o atendimento da população.

Além disso, a falta estrutura de suporte e proteção da saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, já levou à contaminação massiva em alguns espaços de atendimento e foi agravado pela dificuldade nas testagens desses profissionais. A falta do Plano sobrecarrega os servidores que atuam na ponta dos serviços, e que vão construindo seus fluxos de atendimento sem nenhum tipo de assessoria e suporte por parte da Prefeitura, que, além de tudo, divulga na mídia suas poucas ações antes de compartilhar e orientar seus servidores. Assim foi, por exemplo, com a Plataforma Córtex (escolas) e com o Cartão Social (relacionado ao Funcovid – fundo emergencial da prefeitura), fragilizando a relação entre serviços e usuários e atrapalhando o desenvolvimento do trabalho.

O processo de ampliação da terceirização, modelo de gestão adotado, mostrou-se ainda mais perverso no contexto da pandemia, quando ocorreu a demissão de todos os funcionários do quadro das cozinhas das escolas e alguns da limpeza, além de, desde o início da pandemia (e antes disso ainda), esses funcionários estarem sem receber os seus vencimentos de forma integral e dentro do prazo legal.

O descaso com as trabalhadoras e trabalhadores do município se mostra na total falta de cuidado com os servidores. Para a oferta de benefícios aos usuários das políticas, por exemplo, na entrega de alimentos, nem todas as escolas receberam EPI's adequados e suficientes para promoverem de forma zelosa as entregas, fazendo com que tivessem que utilizar verbas próprias das escolas para sua compra. Também não foram disponibilizados materiais impressos de conscientização, como cartazes e divulgação na mídia de ampla circulação, direcionados às comunidades, tanto nas escolas, quanto na Assistência Social e Saúde, para que os atendimentos necessários acontecessem de forma zelosa, também, com os trabalhadores envolvidos.

Os protocolos de normas de segurança e higienização chegam através de e-mails das secretarias, na maioria das vezes de forma atrasada com relação à necessidade que os atendimentos demandam. Ainda sobre a higienização dos espaços, não foram disponibilizados em tempo, recursos materiais e humanos para se adequar às próprias exigências estabelecidas pela Prefeitura, caracterizando um quadro de total descumprimento das ações preventivas. A chegada dos poucos EPI's também aconteceu de forma tardia, demonstrando o descaso com os trabalhadores e usuários, que podem vir a se contaminar dentro dos próprios serviços.

Essa falta de cuidado com os trabalhadores municipais também se evidencia na FASC, reconhecida como serviço essencial. Apesar dos pedidos insistentes formalizados junto a este órgão, inclusive judicialmente, não foram fornecidos EPI's aos profissionais que estavam em atendimento direto aos usuários, sendo enviado e-mail de "comemoração" pela gestão com relação a não entrega dos materiais de proteção. Tal situação agrava o desgaste emocional dos trabalhadores que, além da

insegurança pela exposição ao vírus, têm intensificado o sentimento de solidão e desproteção. Ainda foi feita uma proposta de revezamento em escala nos plantões da Assistência Social, sem prejudicar a oferta de atendimento, para diminuir a circulação de trabalhadores, a qual, após finalizada a organização e autorizada pela Direção Técnica da FASC, foi desautorizada pelo Prefeito, sem argumentos.

A situação está grave! Muitos afastados, outros em trabalho remoto por questão de saúde e muitos nos equipamentos. Quando alguém testa positivo ou tem contato com outro que testou positivo, há dificuldades em se garantir tanto a testagem, como a imediata higienização dos espaços.

A demanda de cesta básica está sufocando as equipes técnicas. E ainda existe uma demanda reprimida com uma lista extensa. Outra dificuldade encontrada é a questão da Rede de Assistência estar toda trabalhando presencialmente, mas os órgãos demandantes e de apoio estarem trabalhando remotamente ou por escalonamento. Não há um planejamento, nem tampouco orientação para a construção destes fluxos.

Não há também coleta de dados mais precisos visando um diagnóstico territorial do município em tempo real, que é essencial à construção de estratégias de enfrentamento. Nas trocas entre os serviços de rede é possível levantar dados relevantes quanto ao contexto atual da cidade na pandemia. Inicialmente já se identificou o acesso de novas famílias à Política de Assistência Social, Educação e Saúde, uma vez que a perda de renda levou essas famílias a buscarem os serviços públicos para atendimento das suas necessidades de sobrevivência. Dessa forma, há uma importante alteração no público que acessa as políticas públicas, evidenciando um novo perfil de usuário, com demandas igualmente diferenciadas.

As vivências de luto e a ampliação do contexto de vulnerabilidade e risco social, referidas anteriormente, são vivenciadas, também, pelos trabalhadores. Não só no atendimento das famílias usuárias dos serviços, mas também através de suas experiências pessoais, conduzindo a falta de perspectiva de futuro e de novos projetos, intimamente ligada aos sentimentos de insegurança e desesperança.

Diante das novas metodologias de trabalho, incorporadas através do uso massivo de tecnologias de comunicação, não houve capacitação ou suporte para os servidores, que tiveram que buscar através de seus recursos próprios. Além disso, ficam evidentes as barreiras estruturais e os parcos ou nulos equipamentos/ferramentas para o desenvolvimento minimamente satisfatório das necessidades dos usuários nestas modalidades de atendimento.

Este cenário não é novo, e vem sendo apontado por trabalhadores e grupos das diferentes políticas há muito tempo, tendo a pandemia dado maior visibilidade para essas demandas não atendidas, seja dos trabalhadores ou dos usuários. O mais recente caso que mobilizou a mídia foi o não pagamento de salários e direitos trabalhistas aos trabalhadores terceirizados do Cadastro Único (porta de entrada aos benefícios da Assistência Social), nos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social). Atualmente, o serviço está suspenso pela falta de profissionais que se estabeleceu frente ao sumiço da empresa contratada pela PMPA e pelo descaso da FASC e Prefeitura na fiscalização dos contratos e na tomada de atitude frente ao contínuo descumprimento, que vinha sendo formalizado sistematicamente pelos profissionais. Além de todo prejuízo aos trabalhadores e suas famílias que passam a depender da assistência social para garantia de sobrevivência, mais uma vez os usuários são penalizados. Atualmente, não é possível encaminhar o Benefício de Prestação Continuada, cadastrar famílias para possível recebimento de benefícios do governo federal ou, ainda, para outros serviços municipais tais como: ingresso em escolas, tarifa social de luz, etc.

Essa exposição sucinta dos dilemas enfrentados cotidianamente pelos profissionais vinculados aos serviços públicos tem por objetivo dar visibilidade a um cenário que ainda não foi trazido pela mídia ou pelos pronunciamentos do gestor municipal. Entendemos a necessidade dessa Carta Manifesto como forma de nossas vozes serem ouvidas por parte da sociedade, órgãos e instituições públicas, e, ao mesmo tempo, enquanto cidadãos e profissionais comprometidos eticamente, exigir uma ação consciente, segura e organizada por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Da mesma forma, a carta pretende elucidar a cidade sobre os nossos serviços e mostrar a real imagem e dimensão do que estamos vivendo, uma vez que a imagem veiculada pela Prefeitura através dos

meios de comunicação não é representativa das condições de trabalho e acesso dos usuários aos serviços públicos. Solicitamos por parte dos órgãos e instituições um olhar mais próximo para a execução das políticas públicas em nosso município, sob pena de chegarmos a um caos total com o crescimento desenfreado da violência e do risco social pela falta de acesso às políticas públicas.

Porto Alegre, 11 de novembro de 2020
Rede Integrada de Proteção e Atendimento à Criança e ao Adolescente